



PGE
PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS

Sumário

1 - Plano de estudos	2
2 - Ementa	9
2.1 - Direito Constitucional.....	9
2.2 - Direito Processual Civil.....	11
2.3 - Direito Civil	14
2.4 - Direito Administrativo	16
2.5 - Direito Pessoal e Previdenciário Público	17
2.6 - Direito Ambiental	19
2.7 - Direito Tributário.....	20
2.8 - Direito do Consumidor	22
2.9 - Direito do Trabalho.....	22
2.10 - Direito Processual do Trabalho	23
2.11 - Direito Financeiro e Econômico.....	23
2.12 - Direito Empresarial	25
2.13 - Estatuto e Ética do Advogado.....	26



PGE-SP: ANÁLISE COMPLETA

1 - Plano de estudos

Com a finalidade de melhor orientar seus estudos, elaboramos um **planejamento de estudos em ciclos**. O estudo por ciclos constitui em um método proporcional e alternado de estudos de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve **delimitar o tempo que dedicará aos estudos**. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto. Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é, decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!" Pense que o projeto que você irá desenvolver é um emprego temporário. Registre ponto! Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!

Em números! Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas! Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado no concurso da PGE-SP. Nesse momento, ainda sem autorização, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você **terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova**. É a melhor forma de organizar os estudos!

Temos, ainda, algumas premissas relevantes:

(1) Você não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia. Isso deixará o estudo mais cansativo. A falta de motivação será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil. Não deixe para encerrar os estudos com



Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Não inicie com a disciplina, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!

(2) Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**. Há estudos que demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido dedicado aos estudos. Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

(3) Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

(4) Concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado.

Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado.

Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

Para elaboração do ciclo de estudos vamos levar em consideração a proporção das matérias constantes do edital de 2012.

A tabela abaixo explicita a importância da disciplina, de acordo com o número de questões cobradas em provas. Além do parâmetro objetivo, indicamos qualitativamente as disciplinas que são mais extensas em termos de conteúdo. Naturalmente, você precisará demandar mais tempo para estudar Direito Civil em comparação a Direito Ambiental, muito embora a cobrança em Direito Ambiental seja mais incidente!



DISTRIBUIÇÃO PONDERADA CONFORME EMENTA	QUESTÕES	PERCENTUAL...	
		EM RELAÇÃO À PROVA	PONDERADO
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	11,11%	12%
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	9	10,00%	10%
DIREITO CIVIL	8	8,89%	12%
DIREITO ADMINISTRATIVO	10	11,11%	10%
DIREITO PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO	10	11,11%	8%
DIREITO AMBIENTAL	10	11,11%	8%
DIREITO TRIBUTÁRIO	10	11,11%	10%
DIREITO DO TRABALHO	5	5,56%	5%
DIREITO DO CONSUMIDOR	1	1,11%	3%
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	5	5,56%	5%
DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO	5	5,56%	6%
DIREITO EMPRESARIAL	6	6,67%	8%
ESTATUTO E ÉTICA DO ADVOGADO	1	1,11%	3%

Assim, ao longo do ciclo de estudos distribuiremos o tempo de acordo com os percentuais que se encontram marcados em vermelho! Ao final do ciclo, 12% do tempo despendido você terá destinado ao estudo de Direito Constitucional, 10% ao estudo de Direito Processual Civil e, assim, sucessivamente.

Vamos montar o ciclo levando em consideração que você disporá de 4 horas diárias para estudar. Note que são 4 horas líquidas, já descontadas pausas e tempo para organização pré e pós-estudo.



Na representação diária você terá:

18:45	organização pré-estudo
19:00	1ª HORA DIÁRIA
19:15	
19:30	
19:45	
20:00	pausa
20:15	1ª HORA DIÁRIA
20:30	
20:45	
21:00	
21:15	pausa
21:30	1ª HORA DIÁRIA
21:45	
22:00	
22:15	
22:30	pausa
22:45	1ª HORA DIÁRIA
23:00	
23:15	
23:30	
23:45	organização pós-estudos

Note que para fazer 4 horas líquidas, serão necessários 5h e 15min em média para executá-lo com as pausas necessárias.



O ciclo será estruturado levando-se em consideração o estudo semanal de segunda a sábado.

Além disso, vamos destacar, pelo menos, 2 horas adicionais aos sábados para revisão semanal de estudos. Você poderá ultrapassar esse período caso tenha disponibilidade. Também nada impede que você finalize o estudo um pouco antes do previsto. O que importa é revisar o estudado ao longo das semanas.

Ao final do ciclo, reservaremos três dias inteiros para revisão do estudado até então.

Veja como fica:

- 94 horas de estudo;
- 6 horas de revisões semanais;
- 14 horas de revisão ao final do ciclo;

Com alguns ajustes e levando em consideração a proporcionalidade acima, você estudará o seguinte número de horas por disciplina:

CICLO	
DISCIPLINA	HORAS DE ESTUDO
DIREITO CONSTITUCIONAL	11
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	9
DIREITO CIVIL	11
DIREITO ADMINISTRATIVO	9
DIREITO PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO	7
DIREITO AMBIENTAL	7
DIREITO TRIBUTÁRIO	7
DIREITO DO TRABALHO	5
DIREITO DO CONSUMIDOR	3
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	5
DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO	5
DIREITO EMPRESARIAL	7
ESTATUTO E ÉTICA DO ADVOGADO	2
REVISÕES DE SÁBADO	6
REVISÃO DE FINAL DE CICLO	14



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS
Estratégia Carreira Jurídica

TOTAL ESTUDADO NO CICLO	108
-------------------------	-----



Distribuindo esse ciclo ao longo do mês, temos:

CICLO						
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1 descanso	2 DCO - 2h DPT - 2h	3 DPC - 2h EMP - 2h	4 DCI - 2h CON - 2h	5 DAD - 2h TRI - 2h	6 PRE - 2h ÉTC - 2h	7 AMB - 2h DPC - 1h
8 descanso	9 DAD - 2h FIN - 2h	10 DCO - 2h PRE - 1h	11 EMP - 2h TRA - 2h	12 DPC - 2h CON - 1h	13 DCI - 2h DPT - 2h	14 AMB - 2h DCO - 2h
15 descanso	16 PRE - 2h DCI - 2h	17 DAD - 2h TRI - 2h	18 FIN - 2h DCO - 1h TRI - 1h	19 DPC - 2h TRA - 2h	20 DCI - 2h PRE - 2h	21 AMB - 2h DCO - 2h
22 descanso	23 DCI - 2h TRA - 1h	24 DAD - 2h EMP - 1h	25 DPC - 2h TRI - 2h	26 DCO - 2h EMP - 2h	27 REV - 4h 1/3	28 REV - 6h 2/3
29 descanso	30 REV - 4h 3/3					

Esse ciclo deverá ser repetido constantemente até a data em que sair o edital.

Além disso, caso você tenha menos tempo, poderá reduzi-lo ou adaptá-lo para os dias da semana que tiver menor disponibilidade. Agora, se você tem mais tempo, poderá aumentar um pouco mais o número de horas diárias de estudos. Não é sugerido, contudo, ultrapassar 8 horas diárias, ao menos agora, no estudo pré-edital.



2 - Ementa

Para finalizar e para que você acompanhe o seu progresso a longo dos ciclos de estudos, trouxemos a ementa verticalizada e organizada.

2.1 - Direito Constitucional

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. O constitucionalismo.		
	2. A evolução histórica do constitucionalismo brasileiro.		
	3. Direito constitucional: conceito, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito.		
	4. Formação da Constituição e Poder Constituinte.		
	5. Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos.		
	6. Normas constitucionais: conceito, forma, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade.		
	7. Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos.		
	8. Controle de constitucionalidade: a supremacia da Constituição; vício e sanção de inconstitucionalidade; origens e evolução histórica do controle; modalidades de controle; efeitos subjetivos e temporais da declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.		
	9. Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações.		
	10. Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais.		
	11. Princípios constitucionais: conceito, natureza jurídica, aplicação e funções. 11.1. Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição; república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes. 11.2. Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro. 11.3. Princípios reitores das relações internacionais do País.		



	<p>12. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade e destinatários. 12.1. Colisões de direitos fundamentais. 12.2. Princípios e regras na aplicação dos direitos fundamentais. 12.3. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie. 12.4. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 12.5. Direitos sociais. 12.6. Direitos de nacionalidade. 12.7. Direitos políticos. 12.8. Partidos políticos.</p>		
	<p>13. Organização política do Estado: a) Estado Federal: conceito, formação, evolução e características; b) Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenções federal e estadual. 13.1. União: natureza jurídica, competências e bens. 13.2. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Constituição Estadual e seus elementos; Constituição do Estado de São Paulo. 13.3. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Orgânica e seus elementos; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões 13.4. Distrito Federal e Territórios.</p>		
	<p>14. Organização administrativa do Estado: a) Administração Pública: noção, princípios, normas e organização; b) servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional.</p>		
	<p>15. Organização funcional do Estado: a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução e significado na atualidade; b) controles interorgânicos e compartilhamento funcional, funções típicas e atípicas de cada poder. 15.1. Poder Legislativo: a) funções, organização e funcionamento; b) atos parlamentares; c) espécies normativas; d) processo legislativo; e) estatuto dos congressistas; f) regimentos parlamentares; g) Tribunal de Contas. 15.2. Poder Executivo: a) sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características; b) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; c) Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. 15.3. Poder Judiciário: a) órgãos, funções, organização, composição, competências e</p>		



	funcionamento; b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos; c) garantias institucionais da função judicial; d) precatórios; e) Supremo Tribunal Federal; f) Superior Tribunal de Justiça; g) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; h) súmula vinculante; i) repercussão geral; j) Conselho Nacional de Justiça; k) princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e interna corporis.		
	16. Funções essenciais à Justiça: a) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico; b) Advocacia Pública: enquadramento constitucional, função de controle dos atos jurídicos públicos, função de postulação do interesse público e garantias institucionais e funcionais.		
	17. Defesa do Estado e das instituições democráticas: a) estado de defesa; b) estado de sítio; c) forças armadas; d) segurança pública.		
	18. Sistema tributário nacional: a) princípios constitucionais tributários; b) limitações constitucionais ao poder de tributar; c) espécies tributárias; d) imunidades tributárias; e) repartição de competências e receitas tributárias.		
	19. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária.		
	20. Ordem econômica e financeira: a) princípios gerais da atividade econômica; b) atuação do Estado no domínio econômico; c) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico; d) política agrícola fundiária e reforma agrária; e) sistema financeiro nacional.		
	21. Ordem social: a) fundamento e objetivos; b) seguridade social; c) educação, cultura e desporto; d) comunicação social; e) meio ambiente; f) família, criança, adolescente e idoso; g) índios.		

2.2 - Direito Processual Civil

Necessário adaptá-lo ao NCPC.



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS
Estratégia Carreira Jurídica

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Direito Processual Civil. Noções Gerais. Conceito. Natureza. Relação com outros ramos do Direito.		
	2. Normas de Direito Processual Civil. Natureza Jurídica. Fontes. Princípios norteadores do processo civil. O Código Civil como fonte. Interpretação. Direito Processual Civil no tempo e no espaço.		
	3. Ação, jurisdição, processo e procedimento. Conceito. Espécies. Distinções.		
	4. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Ministério Público. Advocacia pública e privada. Defensoria Pública. Auxiliares da Justiça.		
	5. Jurisdição. Características. Organização judiciária. Competência. Critérios de determinação. Causas modificativas. Conexão, continência e prevenção.		
	6. Tutelas de urgência. Fundamento. Conceito e finalidade. Modalidades. Tutelas de urgência e a Fazenda Pública. Tutela de urgência nos Tribunais.		
	7. Ação sob o enfoque processual. Classificação. Elementos. Condições. Cumulação.		
	8. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais de existência, validade e negativos. Atos processuais das partes, do magistrado e dos auxiliares da Justiça. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos processuais. Preclusão. Nulidades processuais. Comunicação dos atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo.		
	9. Partes. Conceito. Capacidade. Ônus. Prerrogativas da Fazenda Pública. Representação processual das pessoas jurídicas de direito público. Deveres. Responsabilidade por dano processual. Substituição e sucessão das partes. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de Terceiros. Espécies. Intervenção anômala da Fazenda Pública. Amicus curiae.		
	10. Despesas, custas e multas processuais.		



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS **Estratégia Carreira Jurídica**

	Magistrado, Ministério Público, como fiscal da lei e auxiliares da Justiça. Responsabilidades.		
	11. Processo de conhecimento. 11.1. Procedimento ordinário. Fases. Petição inicial. Citação. Efeitos. Despacho inicial. Condutas do réu. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Teoria geral das provas. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Tutela específica e meios assecuratórios do resultado. 11.2. Procedimento sumário.		
	12. Procedimentos especiais do CPC e legislação extravagante (jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária).		
	13. Recursos. Teoria geral. Recursos em espécie. Outros meios de impugnação das decisões judiciais. Duplo grau obrigatório.		
	14. Do processo nos Tribunais. Da ordem dos processos nos Tribunais. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. A súmula vinculante 10 do STF. Súmulas.		
	15. Coisa julgada. Limites. Eficácia. Formas de impugnação e desconstituição.		
	16. Súmula vinculante. Conceito. Procedimento de edição. Procedimento de revisão. Efeitos. Reclamação.		
	17. Homologação de sentença estrangeira. Cabimento. Procedimento.		
	18. Execução e processo de execução. Cumprimento de título executivo judicial. Título executivo judicial. Liquidação. Espécies de cumprimento e procedimento. Impugnação. Da viabilidade de manejo da exceção de pré-executividade.		
	19. Processo de execução. Título executivo extrajudicial. Espécies e procedimentos. Execução Provisória. Defesas do devedor e de terceiros na execução.		
	20. Execução contra a Fazenda Pública. Procedimento. Embargos. Pagamento de obrigações de pequeno valor e precatórios. Sequestro. Intervenção Federal.		



	21. Processo Cautelar. Teoria geral. Requisitos e limites. Medidas cautelares nominadas e inominadas no CPC e legislação extravagante.		
	22. Arbitragem e jurisdição. Limites e distinção com o processo judicial.		
	23. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Habeas corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade Administrativa.		
	24. Ações imobiliárias. Decorrentes da locação. De natureza possessória. De natureza petítória.		
	25. Ações de responsabilidade civil e a Fazenda Pública.		
	26. Ações movidas por servidores públicos. Ações movidas por empregados da Administração Indireta para pleitear complementação de aposentadoria e pensão.		
	27. Ações versando sobre políticas públicas.		
	29. Processo coletivo. Teoria Geral. Ações cabíveis. Procedimentos. Coisa julgada. Execução.		
	30. Juizados Especiais Cíveis. Federal. Estadual. Da Fazenda Pública.		

2.3 - Direito Civil

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Formas de expressão do Direito: lei, doutrina, jurisprudência, costume. Eficácia da lei no tempo. Conflito de leis no tempo. Direito intertemporal. Princípios gerais do Direito. Noção de cláusula aberta ou conceito jurídico indeterminado.		
	2. Interpretação e integração das normas jurídicas. Fontes do Direito.		
	3. Pessoa natural. Pessoa jurídica.		
	4. Domicílio.		
	5. Capacidade.		



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS
Estratégia Carreira Jurídica

	6. Direitos da personalidade. Direitos do autor: noções gerais, sujeito, objeto, direitos morais e patrimoniais, domínio público (domínio comum), relações do Estado com o direito do autor.		
	7. Ausência.		
	8. Bens.		
	9. Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Elementos essenciais. Modalidades, defeitos e prova.		
	10. Ato ilícito.		
	11. Prescrição e decadência.		
	12. Obrigações: a) Modalidades: Obrigação de dar coisa certa, de dar coisa incerta, de fazer, de não fazer, alternativa, facultativa, divisível e indivisível; b) Solidariedade; c) Cessão de Crédito; d) Cessão de débito; e) Extinção das obrigações: pagamento, pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, dação em pagamento, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão, remissão. f) Inadimplemento das obrigações; g) Mora; h) Juros; i) Correção monetária; j) Cláusula penal; k) Arras.		
	13. Contratos: a) Generalidades e classificação; b) Princípios; c) Contratos inominados; d) Estipulação em favor de terceiro; e) Promessa de fato de terceiro; f) Vício redibitório; g) Evicção; h) Extinção; i) Contratos nominados: compra e venda, troca ou permuta, contrato estimatório, doação, locação de coisas, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso; j) promessa e compromisso de compra e venda; l) Declarações unilaterais de vontade; m) Pagamento indevido; n) Enriquecimento sem causa.		
	14. Responsabilidade civil. Liquidação de danos patrimoniais e morais.		
	17. Posse: Classificação, aquisição, perda e proteção.		



	18. Propriedade móvel, imóvel e resolúvel: aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Ação reivindicatória. Condomínio geral. Condomínio em edificações. Propriedade fiduciária.		
	19. Direitos reais sobre coisa alheia de gozo: superfície, servidão, usufruto, uso, habitação.		
	20. Direitos reais sobre coisa alheia de aquisição: direito do promitente comprador.		
	21. Direitos reais sobre coisa alheia de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.		
	22. Casamento: Direito patrimonial.		
	23. União Estável.		
	24. Parentesco em geral. Filiação.		
	25. Sucessão. Sucessão legítima. Herança jacente. Herança vacante. Inventário. Partilha de bens.		
	26. Registros públicos.		
	27. Parcelamento do solo.		
	28. Incorporação imobiliária.		
	29. Alienação fiduciária em garantia de bens móveis e imóveis.		

2.4 - Direito Administrativo

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo. Poderes da Administração.		
	2. Princípios da Administração Pública.		
	3. Poder de polícia.		
	4. Administração Pública. Organização. Descentralização. Desconcentração. Órgãos públicos.		
	5. Administração Indireta e entidades paralelas.		
	6. Improbidade administrativa.		



	7. Ato administrativo.		
	8. Processo administrativo.		
	9. Licitação e contrato administrativo.		
	10. Arbitragem.		
	11. Regime Diferenciado de Contratações Públicas.		
	12. Convênios e consórcios administrativos.		
	13. Serviço público. Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. Concessão, permissão e autorização de serviço público.		
	14. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.		
	15. Bens públicos.		
	16. Formas de utilização dos bens públicos.		
	17. Regulamento.		
	18. Responsabilidade extracontratual do Estado.		
	19. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. Habeas Data. Prescrição administrativa.		
	20. A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Terceirização. Fomento.		
	21. Infrações e sanções administrativas.		
	22. Eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Lei 9.504/1997.		

2.5 - Direito Pessoal e Previdenciário Público

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Agentes públicos.		



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS
Estratégia Carreira Jurídica

	2. Servidores públicos.		
	3. Cargo, emprego e função.		
	4. Regimes jurídicos.		
	5. Provitimento. Exercício. Vacância. Contagem de tempo.		
	6. Direitos e deveres.		
	7. Estabilidade e efetividade.		
	8. Sistema remuneratório.		
	9. Acumulação de cargos, empregos e funções.		
	10. Exercício de fato.		
	11. Complementação de aposentadoria.		
	12. Responsabilidade dos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar e sindicância. Infrações e sanções disciplinares.		
	13. O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e legislação complementar.		
	14. O exercício da advocacia do Estado. Normas constitucionais. A Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.		
	15. Regimes previdenciários.		
	16. A reforma previdenciária do setor público no Brasil.		
	17. Sistema próprio de previdência dos servidores.		
	18. Entidade gestora do regime próprio de previdência do servidor público.		
	19. Aposentadoria. Pensões. Regras permanentes e transitórias.		
	20. Compensação de regimes.		
	21. A previdência complementar do servidor público.		



	22. Militares. Regime previdenciário. Pensões. Sistema próprio de previdência. Entidade gestora. Custeio e Benefícios previdenciários.		
--	--	--	--

2.6 - Direito Ambiental

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. A proteção do meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo: Disposições gerais. Competência em matéria ambiental. Função social da propriedade. Da ordem econômica.		
	2. Princípios gerais de direito ambiental.		
	3. Bens ambientais.		
	4. Política Nacional do Meio Ambiente: Princípios. Objetivos. Instrumentos: padrões de qualidade, zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, licenciamento ambiental, revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e criação de espaços territoriais especialmente protegidos. Competências.		
	5. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: Estrutura, composição e competências. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.		
	6. Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente – SEAQUA (Lei estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 e respectiva regulamentação). Estrutura, composição e competências. 6.1. Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA (Lei estadual nº 13.507, de 23 de abril de 2009).		
	7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: Objetivos. Estrutura. Composição. Criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Categorias de unidades de conservação. Populações tradicionais. Compensação ambiental.		
	8. Código Florestal e respectiva regulamentação: Princípios gerais. Áreas de preservação permanente. Reserva legal.		



	9. Proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.		
	10. Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: objetivos, diretrizes gerais, competências, Comitês de Bacia Hidrográfica e cobrança pelo uso da água.		
	11. Saneamento Básico. Normas gerais e Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.		
	12. Parcelamento do solo urbano e a proteção do meio ambiente.		
	13. Responsabilidade pelo dano ambiental: Responsabilidade administrativa. Infrações e sanções administrativas ambientais. Responsabilidade civil. Responsabilidade criminal.		
	14. Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental: no âmbito administrativo e judicial.		
	15. Proteção do meio ambiente em juízo: Mandado de Segurança. Ação Civil Pública. Ação Popular. Desapropriação.		
	16. Tombamento e proteção ambiental.		
	17. Normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011.		

2.7 - Direito Tributário

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Conceito de tributo. Espécies de tributos.		
	2. Sistema constitucional tributário. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Imunidades.		
	3. Fontes formais do direito tributário. Funções.		
	4. "Legislação tributária": vigência, aplicação, integração e interpretação.		



PGE-SP: PLANO DE ESTUDOS
Estratégia Carreira Jurídica

	5. Obrigação tributária. Classificação. Hipótese de incidência (fato gerador).		
	6. Sujeição passiva tributária: contribuinte; responsável e substituto tributário. Responsabilidade pelo tributo e responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea.		
	7. Crédito tributário. Lançamento e suas modalidades. Revisão do lançamento. Suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios. Preferências e cobrança em falência. Responsabilidade dos sócios em sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Alienação de bens em fraude à Fazenda Pública.		
	8. Dívida ativa. Inscrição do crédito tributário.		
	9. Processo administrativo tributário estadual.		
	10. Processo judicial tributário: execução fiscal; ação anulatória de débito fiscal; ação de repetição de indébito; ação de consignação em pagamento; ação declaratória; medida cautelar fiscal; mandado de segurança.		
	11. ICMS: Disciplina constitucional e infraconstitucional. Hipóteses de incidência, contribuintes, responsáveis, substitutos. Base de cálculo. Alíquota. O princípio da não-cumulatividade. Regime de apuração e de pagamento. Administração do ICMS: fiscalização; auto de infração; defesa do contribuinte; parcelamento de débitos.		
	12. ITCMD - imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.		
	13. IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores.		
	14. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual - Lei nº 12.799/2008 e Decreto nº 53.455/2008.		
	15. Lei 11.101/2005 (recuperação judicial/falências).		
	16. Ativismo judicial e controle de constitucionalidade no âmbito tributário.		



	28. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação Declaratória. Medida cautelar fiscal. Mandado de segurança.		
--	--	--	--

2.8 - Direito do Consumidor

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	30. Direito das relações de consumo. 30.1. O direito do consumidor na Constituição Federal. 30.2. Código de Defesa do Consumidor - CDC: concepção e princípios gerais. Âmbito de aplicação do CDC. 30.3. Prevenção e reparação de danos. A responsabilidade pelo fato e pelo vício do produto e do serviço. Prazos. 30.4. Práticas comerciais: oferta; publicidade, práticas abusivas, cobrança de dívidas e banco de dados. 30.5. Proteção Contratual. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. 30.6. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Sanções administrativas. A regulamentação do Código de Defesa do Consumidor.		

2.9 - Direito do Trabalho

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho.		
	2. Fontes do Direito do Trabalho.		
	3. Princípios do Direito do Trabalho.		
	4. Relação de trabalho e relação de emprego.		
	5. Normas gerais de tutela do trabalho. Identificação profissional. Duração do trabalho. Salário mínimo. Férias. Segurança e medicina do trabalho.		
	6. Normas especiais de tutela do trabalho. Professores. Proteção do trabalho da mulher. Trabalho noturno. Períodos de descanso. Métodos e locais de trabalho. Proteção à maternidade. Proteção do trabalho do menor. Duração do trabalho.		
	7. Contrato individual de trabalho. Disposições gerais. Remuneração e salário. Alteração, suspensão e interrupção. Rescisão. Aviso		



	prévio. FGTS. Piso salarial. Décimo terceiro salário. Estabilidade. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. Força maior. Irredutibilidade do salário.		
	8. Organização sindical. Associação, enquadramento e contribuição sindical.		
	9. Convenção coletiva de trabalho. Acordo coletivo de trabalho.		
	10. Comissões de conciliação prévia.		

2. 10 - Direito Processual do Trabalho

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	11. Competência da Justiça do Trabalho.		
	12. Direito de ação.		
	13. Processo Judiciário do Trabalho. Disposições preliminares. Processo em geral. Dissídio individual. Procedimento sumaríssimo. Inquérito para apuração de falta grave. Dissídio coletivo. Execução. Recursos.		
	14. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho.		
	15. Súmulas e orientações jurisprudenciais.		

2.11 - Direito Financeiro e Econômico

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Normas gerais sobre direito financeiro (Lei federal nº 4.320/64). Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional e principais funções das entidades participantes.		
	2. Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Conceito de gestão fiscal responsável e equilíbrio orçamentário. Alternativas de financiamento da despesa pública. Indicadores de solvência do setor público. Política monetária e fiscal. Investimento público.		
	3. Classificação das receitas. Alienação de bens. Condições para renúncia de receitas.		



	Vinculação de receitas. Fundos especiais de despesa e investimento.		
	4. Limitação seletiva de gastos. Transferências voluntárias. Controle do endividamento. Operações de crédito. Prestação de garantias. Gestão patrimonial. Modalidades de fiscalização. Quadro atual do refinanciamento das dívidas de Estados e Municípios perante o governo federal.		
	5. Regime jurídico da despesa pública. Despesas de custeio e de capital. Execução orçamentária e programação financeira. Contingenciamento de dotações. Sistemática de pagamento de precatórios.		
	6. A Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988. A relação do Estado com a economia. Prestação direta de serviços públicos ou mediante delegação a particulares. Exercício da atividade econômica pelo Estado sujeita à livre iniciativa e em regime de concorrência com empreendedores privados.		
	7. Princípios e fundamentos da regulação da atividade econômica. Distinção entre regulação setorial e regulação concorrencial. Planejamento e política industrial. Instrumentos de fomento. Responsabilidade do Estado pela intervenção na economia.		
	8. Conceito de falhas de mercado: bens públicos (free riding), externalidades sociais, concentração de mercado, assimetrias de informação, mercados incompletos. Conceito de falhas de governo: captura do regulador, teoria da escolha pública, problema de agência, apropriação de rendas (rent seeking).		
	9. Sistema de preços e racionalidade limitada dos agentes econômicos. Teoria dos custos de transação. O papel das instituições no funcionamento da economia e na promoção do desenvolvimento. Regulação e políticas públicas redistributivas.		
	10. Peculiaridades da regulação de serviços públicos concedidos ou autorizados. Regulação contratual e regulação normativa. Situação de monopólio natural e introdução da competição. Compartilhamento de redes. Ponderação entre imposição de obrigações de interesse público e rentabilidade do investimento privado.		



	11. Critérios para alocação de riscos nos contratos de concessão (comum, patrocinada e administrativa). Alternativas de política tarifária e criação de incentivos ao concessionário. Subsídio direto e subsídio cruzado. Pressupostos e condições para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Utilização de mecanismos alternativos de solução de disputas. Arbitragem institucional e ad hoc.		
	12. Conceito de plano de negócio, taxa interna de retorno, amortização do investimento, custo de capital, fluxo de caixa descontado e valor presente líquido. Alternativas de captação de recursos pelo concessionário para financiar investimentos na concessão.		
	13. Legislação antitruste. Abuso de poder econômico e dominação dos mercados. Estrutura básica do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Aspectos gerais sobre controle dos atos de concentração e punição de condutas anticoncorrenciais. Regulação concorrencial e defesa do consumidor. Doutrina da instalação essencial (essential facility).		
	14. Modelo de concorrência perfeita e comportamentos estratégicos baseados no poder de mercado. Oligopólio, oligopsônio, mercado contestável e formação de cartel. Eficiência econômica alocativa e produtiva. Economias de escala e de escopo.		

2.12 - Direito Empresarial

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	15. Empresário. Sociedade simples e sociedade empresária. Registro Público de Empresas.		
	16. Sociedade anônima. Companhia aberta e companhia fechada. Alternativas de capitalização. Capital próprio e capital de terceiros. Estrutura ótima de capital. Emissão de ações e preço de subscrição. Conceitos de valor patrimonial, valor econômico e valor de mercado. Debêntures. Securitização de recebíveis. Empréstimo sindicalizado e instituições multilaterais de crédito. Financiamento de projeto (project finance).		



	17. Governança corporativa na sociedade anônima. Atribuições básicas da assembleia geral, do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal. Função social da empresa.		
	18. Sentido e alcance da atuação empresarial do Estado. O papel da empresa estatal no mundo contemporâneo. Peculiaridades da sociedade de economia mista. Convivência entre interesse público e finalidade lucrativa. Exercício do poder de controle acionário pelo Estado. Deveres e responsabilidades do acionista controlador e dos administradores.		
	19. O Estado como acionista minoritário em empresa privada. Ação de classe especial (golden share). Função regulatória e instrumento de política industrial.		
	20. Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005). Recuperação judicial e extrajudicial. Aprovação do plano de recuperação judicial. Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário. Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores. Hipóteses de decretação de falência.		
	21. Noções básicas de propriedade industrial. Lei nº 9.279/96. Licenciamento compulsório de patentes sobre medicamentos.		
	15. Preferências e privilégios creditórios.		
	16. Empresário, Sociedade, Estabelecimento empresarial, Registro, Nome empresarial, Prepostos e Escrituração.		

2.13 - Estatuto e Ética do Advogado

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	31. Deontologia Jurídica. 31.1. Estatuto da Advocacia e Código de Ética. 31.2. Deontologia Forense. Princípios. 31.3. Direitos e Prerrogativas do Advogado. 31.4. Infrações e Sanções Disciplinares. 31.5. Ética Profissional dos Procuradores Públicos. 31.6. Ordem dos Advogados do Brasil.		